

INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO IMPÉRIO: AS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES MINERAIS NA BAHIARute Andrade Castro¹Cristiane Batista da Silva Santos²**RESUMO**

Este artigo discute como em meio ao Império brasileiro nasceu a urgente necessidade de buscar riquezas minerais escondidas em nosso subsolo. Desde o início do século XIX já temos notícias de investigações sobre as riquezas geológicas, inclusive com a não rara participação estrangeira, mas no Império isto toma ares oficiais suficientes para levar a uma busca sistemática, amparada por financiamentos, leis e decretos. A Bahia participou deste momento da história nacional, pois foi detectado em algumas regiões – das quais o sul, sobretudo o entorno da vila de Maraú, se destaca – reservas de carvão de pedra, xisto, turfa etc. Muitos brasileiros vislumbraram esta necessidade e oportunidade, solicitando diversas autorizações ao governo e mantendo com a Câmara de Maraú numerosa correspondência reveladora de como todo este processo se dava. Além deles, também muitos estrangeiros, dentre os quais os ingleses são dignos de nota, se interessaram pela exploração. Assim, surge a Usina da Companhia Internacional de Maraú, fruto da concessão imperial inicial a Edward Pellew e do empreendedorismo de homens como John Grant, maior nome a ela ligado. Dialogando com uma farta documentação, este artigo tematiza experiências de ingleses, migrantes e ex-escravos, ao final do Oitocentos.

Palavras-chaves: Império; ingleses; petróleo.

¹ Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

² Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This paper discusses how amid the Brazilian Empire was born the urgent need to seek hidden mineral wealth in our basement. Since the early nineteenth century, we have news about investigations of the geological riches, including the not rare foreign participation, but in the Empire, this takes sufficient official air to lead to a systematic search, supported by financing, laws and decrees. Bahia participated in this moment of national history since it was detected in some regions – including the south, especially around the Marau village, stands out – stone coal reserves, shale, peat etc. Many Brazilians envisioned this need and opportunity, prompting several commitments to the government and keeping with the Marau Chamber numerous correspondence revealing how this whole process occurred. Besides them, also many foreigners, of which the English are worthy of note, became interested in exploration. Thus arises the Plant of the International Society of Marau, due to the initial imperial concession to Edward Pellew and entrepreneurship of men like John Grant, biggest name attached to it. Dialoguing with extensive documentation, this article thematizes experiences of English, migrants and former slaves at the end of the nineteenth century.

Keywords: Empire; British; oil.

Era julho de 1874. No dia 8 daquele mês, o clima era de euforia e de esperanças de futuro próspero e lucrativo para um grupo de cidadãos reunidos na Vila de Maraú. O motivo para tal animação encontra-se registrado na ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Maraú: tratava-se da descoberta de um material que poderia ser muito rentável, resultado de uma pesquisa iniciada desde 1847³ naquela região. Décadas depois, o sonho da Câmara Municipal já se materializara numa usina, e Lúcio José Juviano partia do Rio de Janeiro para o desconhecido sul da Bahia a convite dos ingleses para ser maquinista do trem que a usina de João Branco possuía levando produtos até Ilhéus.⁴

³ APEB- Sessão Colonial e Provincial caixa 1606, Maço 4633.

⁴ É importante considerar a importância social e econômica que a usina teve no sentido de também fomentar as imigrações/migrações para uma vila pequena como Maraú, em fins do século XIX. Tal discussão caberia analisar o papel de estrangeiros, sobretudo ingleses e outros oriundos do Rio de

Essas duas narrativas sinalizam a exploração do Petróleo e de seus derivados na Bahia, mais exatamente às margens do rio Maraú, mas poucas pessoas sabem disso, e a península de Maraú hoje tem sua importância devido ao potencial turístico. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX até início do seguinte, o foco era outro, bem diferente. Às margens do rio iniciaram-se relevantes buscas, e foi fundada posteriormente a Companhia Internacional de Maraú, voltada para o desenvolvimento da indústria e também para a fabricação de produtos de uso doméstico – querosene⁵, sabão, ácido sulfúrico e papel encerado para acondicionar alimentos (FIEB; 2013). Thomaz do Nascimento descobriu o petróleo e enviou ao Museu Nacional, que por sua vez o enviou ao Reino Unido, de onde veio John Grant, ou "João Branco" para os moradores locais. Com financiamento inglês, fundou a Usina e iniciou todo um processo de desenvolvimento regional que girava em torno desta exploração.

Em meados do século XX, tudo isso foi praticamente esquecido pela história oficial, tanto na vigência do Estado Novo quanto mais tarde na campanha “O petróleo é nosso”, uma vez que não deram muita importância a esta região nem a seus feitos. Sequer a historiografia regional – uma vez que na UESC⁶ e CEDOC⁷ não há registros de monografias, artigos e dissertações – se ocupando do tema. No entanto, há algumas menções em artigos publicados recentemente (SANTOS, 2011).

Desde a Independência do país, o governo imperial já estava interessado neste extrativismo, sendo crescente até a República (VAITSMAN, 2001), e tal descoberta veio neste mote. As expedições de iniciativas particulares, que culminaram na concessão do direito de exploração expedido em 1858, tinham como objetivo o carvão, o xisto⁸ e outras substâncias pirobetuminosas – sedimento rico de uma mistura, escura e viscosa, de hidrocarbonetos pesados com outros compostos

Janeiro, como Lúcio José Joviniano, que por dominar uma especialidade, a de maquinista, foi requisitado.

⁵ Chamado de petróleo, da marca Brasolino – usado principalmente na iluminação de lampiões ou velas.

⁶ Universidade Estadual de Santa Cruz

⁷ Centro de Documentação da Memória Regional-UESC

⁸ O xisto betuminoso possui atributos de carvão e de petróleo e por destilação fracionada, a seco, produz gasolina, gás combustível, enxofre etc. É uma camada de rocha sedimentar, originada sob temperaturas e pressões elevadas, contendo matéria orgânica, disseminada em seu meio mineral. O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de xisto betuminoso. O tipo encontrado em Maraú é o xisto cretáceo. (<http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/xisto.html>)

oxigenados, nitrogenados e sulfurados, usado, por exemplo, como impermeabilizante na pavimentação de estradas, na fabricação de borrachas e tintas.

O presente artigo tem como objetivo discutir os primeiros passos do petróleo na Bahia e da participação inglesa, bem como apresentar a vila de Maraú e seu entorno, *locus* desta pesquisa, e esboçar os primeiros passos dessa exploração que oportunizou as condições de surgimento e funcionamento desta Usina, bem como as polêmicas concernentes às disputas pela posse das terras envolvidas, decretos imperiais tratando da questão, a situação inicial de exploração petrolífera e os interesses nisso envolvidos. Nesta época, ao final do século XIX, a Revolução Industrial em curso na Europa estava precisando, para continuar se desenvolvendo, de fontes alternativas de energia, e o governo inglês empregou esforços e investimentos nisto. No mais, os capitais e conhecimentos acumulados na primeira metade do século XIX necessitavam se expandir na forma de investimentos pelo mundo dependente desta rica ilha (HOBBSAWM, 2002). O carvão de pedra era uma das maiores fontes de energia então utilizadas na indústria, daí o interesse em Maraú, mas o petróleo logo começou a ser visto também como uma rica possibilidade.

A REGIÃO QUE ATRAIU OS INGLESES: UM PANORAMA

Inicialmente, a Vila de São Sebastião de Maraú, em virtude da localização da usina, será tomada como ponto de partida, dialogando com espaços circunvizinhos como Ilhéus e Canavieiras, pois são locais importantes para a análise da presença do investimento inglês. A vila está localizada na região que abarca o litoral sul, espaço da nossa pesquisa pertencente à antiga comarca de Ilhéus, à qual Canavieiras e Maraú pertenciam.

No censo de 1872, importante fonte a apoiar a construção da nação, Maraú desponta como a quinta vila mais populosa, só perdendo para São Jorge dos Ilhéus, Camamu, Barra do Rio de Contas e Valença. No entanto, em relação à população escrava, ocupava a quarta posição, com 362 escravos. Eram considerados cativos 13,11% da população local, e 2.399, livres, havendo uma população de 2.761.⁹ Já Ilhéus

⁹ Fonte: Fundação de Pesquisa – CPE (*apud* VIANNA, 1986, p. 56).

contava com 4.631 livres, 1.051 escravos, num total de 5.682. Por fim, Canavieiras, onde os livres eram 2.933, os escravos, 189, e o total de habitantes, 3.122¹⁰. Com mais vagar, segue a situação das vilas.

Nas décadas em questão, a região sul se consagrara como a maior produtora de cacau. Os escravos estavam, em sua maioria, ocupados nessa produção nas roças das extensas fazendas. Ribeiro destaca como, nas bacias dos rios Almada e Cachoeira, em Ilhéus, a produção de cacau se alastrou para o interior, como Maraú e Canavieiras. A região era eminentemente agrícola e baseava grande parte da sua produção na mão de obra escrava. A vila era reduto por excelência dos coronéis que viviam em profundo facciosismo, mas, em cada lado, estavam ligados entre si por laços de parentesco e compadrio, em sua maioria, eram descendentes dos colonos suíços, alemães e franceses. Ribeiro traça, ainda, o caminho desses latifundiários e escravocratas, cujos membros familiares ocuparam paulatinamente o poder municipal (RIBEIRO; 2005, p. 25). Não menos importante eram os comerciantes e profissionais liberais que também se tornaram produtores de cacau, destacando-se famílias oriundas da Síria e do Líbano (FREITAS; PARAÍSO, 2001).

A Vila de São Sebastião do Maraú já pertencera à Comarca de Ilhéus e, a essa época, pertencia a Camamu. Até fins do século XIX, uma fama a acompanhava, a de que era o “coração central da Comarca”. Tal título nasceu de uma metáfora de Baltazar da Silva Lisboa depois de extensa viagem às vilas, o que o levou a perceber a importância da Bahia de Camamu para o transporte até Salvador (LISBOA, 1926). Isso, em síntese, traduzia a valorização da Vila durante o século XIX como posto de “centro”, sobretudo, num tempo em que o comércio, a navegação de barcos e canoas significavam, a um só tempo, o sucesso na comercialização da farinha importante produto do comércio local¹¹.

Nas três vilas em questão, a presença dos escravos dinamizava o desenvolvimento econômico: da farinha de Maraú; do cacau em Ilhéus; e das lavras de Canavieiras em fins do XIX. Depois da Abolição, todas as três vilas passariam a ter no

¹⁰ Recenseamento Geral do Império, 1872.

¹¹ O autor trata ainda da importância da farinha como subsistência. Em tempos em que a cana era a prioridade em certas terras do litoral, dado o interesse colonial, a cultura de subsistência teria peso bem maior nestas regiões que o imaginado. Havia, portanto, uma relação de adjacência entre as vilas vizinhas à “Cidade da Bahia” e o tipo de cultura, como a feitura de farinha, desenvolvidas nelas, como as vilas do Sul como Maraú e Ilhéus (SCHWARTZ; 1988).

cacau sua maior fonte de renda. Nesse panorama oitocentista regional, a riqueza dos senhores nos permite mensurar o cotidiano e as ações do contingente escravizado. Egressos do cativeiro e filhos libertos compuseram um contingente de operários disponíveis em busca de trabalho num momento em que o acesso à terra era difícil, e era usada como importante parte do controle social do Estado sobre a população negra e mestiça. As explorações minerais iniciam-se então neste contexto complexo de disputas sociais e materiais, uma verdadeira luta pela sobrevivência que os ex-escravos tiveram que enfrentar no Pós-Abolição, ou melhor, continuaram enfrentando, mas agora com o *status* de "livres".

EXPLORAÇÕES INICIAIS

A busca por novas fontes de energia na Bahia deveu-se a uma incipiente industrialização, que tornou crescente a busca por combustíveis fósseis "movidos por alguns fatores históricos mais abrangentes" (TEIXEIRA, 2010, p. 55), que fizeram surgir buscas mais significativas. Tais "fatores" talvez remetam a uma referência à Revolução Industrial iniciada pelos ingleses, já que também é mencionado que a Inglaterra já desenvolvia em escala mundial a exploração e o comércio do carvão de pedra.

Usualmente a causa deste desenvolvimento na Bahia é atribuída à crescente liberação de capitais, anteriormente aplicados no tráfico de escravos, à chegada da iluminação a gás carbônico, modernização dos meios de produção agrícola ou ainda a algumas dificuldades da economia local. O foco inicial era o carvão de pedra, vindo a turfa e o petróleo como "acaso", já que na época eram produtos ainda pouco conhecidos.

Já se desconfiava da existência de jazidas de combustíveis fósseis em Maraú desde a primeira metade do século XIX, como atesta a fala de Antônio Ignácio d'Azevedo, presidente da província em 1847.¹² Maraú foi, por quase um século a partir desta década, palco de conflitos e estudos do seu subsolo em busca de tais riquezas, sobretudo do carvão de pedra, como podemos verificar através das falas dos presidentes da província e dos decretos imperiais que tratavam de tal assunto, alguns

¹² Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/110/000022.html>, acesso em maio de 2015.

dos quais citados abaixo. Hoje, entretanto, sabe-se que o maior potencial dessa região era formado pelas jazidas de turfa, e que foi lá também que surgiram os primeiros indícios da existência do petróleo.

João da Costa Júnior (negociante e comendador) é o primeiro nome citado dentre os interessados nesta exploração, contratando exploradores para estas buscas na década de 1850, ficando registrada na Sessão da Câmara de 1854 a descoberta do carvão de pedra pelo explorador José Francisco Thomaz do Nascimento, encarregado pelo comendador em Coqueiro, termo da vila de Barcellos. Pelo que ficou registrado no livro de memórias do diretor do Museu Nacional da época, entretanto, a descoberta ocorreu dois anos antes, em 1852, além da menção ao fato de as perspectivas de riquezas serem reais e já estarem em processo de exploração (TEIXEIRA, 2010).

As investigações sobre as riquezas minerais prosseguiram, sendo Nascimento nomeado para tal fim pelo presidente da província de então, João Maurício Wanderley, a serviço do ministério do Império. A fala do presidente em 1855 revela uma atividade constante, bem como o interesse imperial no assunto.¹³ Seu trabalho identificou "turfa, xisto negro, lignito terroso, lignito xistoide", materiais ferrosos; verificou ainda amostras de betumes e petróleo perto da baía de Camamu. A existência de petróleo foi confirmada através de amostra ao Museu Nacional, que respondeu em 1859 na pessoa do diretor Frederico Leopoldo Burlamaqui (TEIXEIRA, 2010).

O Marquês de Olinda já havia concedido ao brasileiro José de Barros Pimentel o direito de extrair betume em terrenos situados nas margens do rio Maraú, na Bahia, em 1858, através do decreto n.º 2266. Entretanto, o próximo decreto imperial sobre essa exploração de que temos registro, o de n.º 4386, expedido apenas 11 anos depois, não menciona o fato, por motivos que ainda carecem de esclarecimentos, o que esperamos alcançar no desenvolver da pesquisa, já que o primeiro conferia a Pimentel a faculdade de exploração por 30 anos.¹⁴

¹³ Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/118/>, acesso em maio de 2015.

¹⁴ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>, acesso em março de 2015.

Pimentel recebeu autorização imperial para extrair material betuminoso próprio para fabricação de gás de iluminação e carvão de pedra nas margens do Rio Maraú e, segundo Teixeira (2010), ele deve ter sido um homem de considerável prestígio social, já que assinou contrato para iluminação a gás em Salvador e foi um dos fundadores do Banco da Bahia. Entretanto, apesar das autorizações, nada foi comprovado sobre seu efetivo trabalho de mineração na região. Teve certo privilégio, como prova o contrato assinado em 1858 para através de alguma Companhia iluminar a gás a cidade do Salvador, estabelecendo como modelo Londres, Paris e o Rio de Janeiro. Entretanto, na mesma ocasião, a Província firma contrato com a Companhia Inglesa *The Bahia Gas Company Limited*, responsável por este setor até o final do século XIX. Sobre a exploração dos minerais fósseis não há registros da sua atuação como minerador, o que leva a crer que seu papel era meramente burocrático.

As explorações seguiram na fazenda João Branco, com o grupo liderado pelos filhos do comendador João da Costa Júnior, e Nascimento seguiu com a exploração até 1856. Por serem herdeiros do mais antigo requerente e por estarem teoricamente procedendo à exploração desde 1854, também pediram a concessão do governo imperial alegando tal pioneirismo, mas sem sucesso. Em 1854 haviam sido enviadas amostras ao Museu Nacional, que eles achavam ser de carvão de pedra. Porém o Museu avaliou as amostras e constatou ser petróleo, daí sua reivindicação de descobridores e primeiros exploradores ser inócua para o governo. Apesar da negativa, seguiram com a exploração por ser dentro de suas terras (TEIXEIRA, 2010). Ou seja, eles alegavam que tinham direitos por serem pioneiros na descoberta de carvão e turfa na região de Maraú, mas as análises técnicas avaliaram ser o material enviado petróleo. A aparente "decepção", hoje difícil de compreender, era pelo fato de o carvão de pedra já ser na época largamente utilizado pela indústria, diferente do petróleo.

Freire (1942), em um de seus escritos, refere-se a uma "memória" escrita por um fabricante inglês acerca das relações comerciais com o Brasil na primeira metade do século XIX. A certeza de que o Brasil demoraria muito para deixar de basear sua economia no setor primário é enorme, tanto pela sua condição natural de possuir ótimas terras e clima quanto pela falta de carvão de pedra. Com este argumento defende que o Brasil deve ter a prioridade no comércio com a Grã-Bretanha devido a

certa durabilidade da sua posição dentro do modelo agroexportador ao qual estava destinado dentro da divisão internacional do trabalho. E Freire, citando alguns trechos deste escrito, diz:

(...) o nosso país poderia "admitir anualmente 200 mil emigrantes da Europa durante um século", e florescer assim "em riquezas, gozando cada habitante das mesmas comodidades, roupas e ornamentos de que gozam as nações mais civilizadas da Europa". E todas essas vantagens "sem obrigação alguma de manufaturar" coisa alguma. Porque o brasileiro ainda por longos anos estaria com "o machado na mão, abrindo campos nas suas matas". A sua tarefa ainda seria por muito tempo "colher os frutos que a natureza espontaneamente lhe oferece". (FREYRE, 1942, p. 103)

Disto podemos imaginar como, para a mentalidade da época, o carvão seria muito importante, visto como condição para a "evolução" do Brasil para um país industrializado. Mas as riquezas minerais de Maraú não paravam por aí.

Outro produto encontrado, a turfa, foi enviado algumas vezes para que se fizessem testes nos EUA e na Europa, a fim de verificar sua eficiência para uso na iluminação. Com o envio por parte da empresa americana J e W Cairns de um lampião para queimar essa substância combustível, o ministro do Império afirmou em 1859 que de fato o "fóssil de Camamu" podia produzir diversos óleos, parafina e gás para iluminação,¹⁵ além de se acreditar que teria maior potencial para tal fim que o carvão de pedra.¹⁶ O uso disso pela companhia de iluminação não se concretizou, pois não se chegou a um acordo sobre o preço mínimo por tonelada.

No desenrolar dos acontecimentos, em 1859, Burlamaqui informou em ofício ao ministro dos negócios do Império sobre a utilidade do material encontrado em Maraú para a produção de gás para iluminação, comprovada após experiência nos EUA (TEIXEIRA, 2010), informação importante, pois a companhia de iluminação em Salvador no período era inglesa, assim como os exploradores das riquezas minerais também o seriam futuramente. Devido às diversas notícias sobre riquezas minerais em locais pouco conhecidos do território nacional, foi formada a Comissão Científica de exploração por iniciativa dos membros do Museu e do IHGB (TEIXEIRA, 2010). A busca principal era por riquezas minerais e, não menos importante, a aplicabilidade das descobertas num contexto de ciência e nacionalismo que talvez tentasse tirar o Brasil

¹⁵ Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1732/>, acesso em abril de 2015.

¹⁶ Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/121/000015.html>, acesso em maio de 2015.

do que Barrington Moore Jr. (1983) cunhou de "modernização conservadora" para falar do processo de industrialização em outros países, mas frequentemente apropriada por intelectuais referindo-se ao Brasil, defendendo que os investimentos aqui feitos sempre tinham como foco a manutenção da posição agrário-exportador, não servindo, portanto, para levá-lo a ser uma nação industrializada. Apesar de a Bahia não estar nos planos da referida Comissão científica, as amostras enviadas à Corte fizeram com que Burlamaqui ordenasse a Guilherme Capanema vir analisar as descobertas. No seu relatório de 1861, ficou registrada também a existência de xisto betuminoso no rio Maraú.

Diante de tantas suspeitas e comprovações de riquezas minerais, estranho seria se os olhos ingleses não se voltassem para cá, experientes que eram na busca por fontes de energia, mas resta saber se isso se deu dentro do modelo defendido por Moore (1983) como padrão inglês em outros países – de investimentos apenas na infraestrutura necessária para apoiar a produção e escoamento de produtos primários – ou não. Como uma das muitas evidências desse envolvimento no processo, Teixeira (TEIXEIRA, 2010) menciona um artigo do Diário da Bahia de 1863, onde um funcionário da alfândega, Gustavo Adolfo Menezes, menciona uma importante remessa, provavelmente a primeira significativa, de turfa da região para Londres, e ele próprio cogita ser uma "remessa como amostra". Esse mesmo funcionário, no livro "Memórias" mencionaria a localização exata das minas de turfa e carvão.

O ENVOLVIMENTO DOS INGLESES

O grande nome desse processo foi certamente John Grant. Este contratou até 300 trabalhadores da fábrica, em sua maioria negros operários e migrantes de diversos estados, além dos oriundos do Reino Unido, além da aquisição de grandes equipamentos. A Companhia Internacional de Maraú explorou riquezas minerais da região entre 1886 e 1893, e o clima de euforia havia sido registrado na ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal, com a notícia da descoberta de um material que

poderia ser muito rentável.¹⁷ Apesar do curto período, esteve presente nos momentos importantes como a Abolição e o advento da República.

Sua história começa em 1869, quando foi concedida a Edward Pellew Wilson, através do decreto imperial de número 4386, "permissão por 30 anos para lavrar carvão de pedra, turfa¹⁸ e outros minerais nas margens do Rio Marahú na Província da Bahia" (sic).¹⁹ Há apenas 2 anos havia sido revogada a proibição de estrangeiros dedicarem-se à exploração mineira (FIEB; 2013) e não importou ao governo o fato de que a área estava dentro de uma propriedade particular, cujos donos, Antônio Martins da Silva e João da Costa Júnior, protestaram junto ao Império que, em caráter inapelável, decidiu ser legítima a exploração das riquezas do solo por aquele que tinha interesse e dinheiro para tal investimento.²⁰

A concessão a Pellew incluía a fazenda de João Branco, de propriedade do grupo formado pelo tenente-coronel Antônio Martins da Silva, João da Costa Junior, dentre outros. Reclamando o direito de "descobridores do carvão de pedra, turfa, petróleo e outros materiais"²¹, embargaram a exploração em suas terras, queriam que esta fazenda fosse excluída da referida concessão, como já indicamos acima. O entendimento do Império, na pessoa do imperador e do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, entretanto, era de que ter a posse do solo e/ou a descoberta dos minerais não garantia o direito de exploração, pois as riquezas subterrâneas e os minerais pertenciam ao Estado.

As explicações a isto referentes foram dirigidas ao presidente da província da Bahia e baseavam-se em uma série de leis e resoluções, mas, sobretudo, na lei nº 601, art. 16, parágrafo 4 de 18 de setembro de 1850, onde eram considerados minerais o carvão de pedra, o petróleo e o xisto betuminoso, amparando, portanto, os direitos do senhor Pellew. Coadunando para tal entendimento governamental, estava o fato de que os petionários não tinham empreendido capitais e esforços suficientes para a

¹⁷Foram localizados no APEB, Seção colonial provincial, o livro de escrituras, compra e venda da Companhia Internacional, contendo 07 arquivos, além do processo de penhora da Companhia. APEB – Sessão Colonial e Provincial caixa 1606, Maço 4633 (*apud* SANTOS, 2011, 10).

¹⁸ Material orgânico parcialmente decomposto da série de combustíveis fósseis, com baixo poder calorífico. (GONÇALVES; 1976, p. 64)

¹⁹ Coleção das leis do Império do Brasil de 1869 Tomo XXIX Parte 1. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1869.

²⁰ O Semanário. Número 244. Ano VI. Janeiro de 1961, página 11.

²¹ Diário da noite, O primeiro litígio pela posse de zonas petrolíferas brasileiras, Rio 8 - 4 - 1918, p. 3.

exploração. Ia de encontro ao bem público tais riquezas ficarem subaproveitadas, principalmente existindo empreendedores dispostos a investir.

O que torna toda essa situação de disputa ainda mais complexa e carente de pesquisas é que Pellew não fez uso desta concessão da qual foi sujeito, nem das várias outras que obteve em Conduru, Taperoá Matapéra, Cairu, Coqueiro, Porto Seguro e Ilhéus, pelo simples fato de que não pretendia tornar-se um explorador das entranhas da Terra, mas as queria apenas para negociá-las; esse inglês obteve várias concessões do Imperador, e vêm-se nos anos seguintes decretos autorizando a transferência das mesmas, ou seja, possivelmente tratava-se de um especulador. Em sintonia com esta prática, 15 anos depois, saía mais um decreto imperial permitindo que ele transferisse a seus conterrâneos John Cameron Grant e Lord Walsingham as concessões referentes à região de Maraú, segundo decreto imperial nº 9328 de 1884. Assim, Lord Washington e a John Grant fundaram a Companhia Internacional de Maraú. Correspondências recebidas da Câmara de Maraú informam que o material fora descoberto no termo da vila, nos lugares “Coqueiro, Cambôa, Sta Ignez, Saruê”, procedendo-se a perfuração dos lugares carboníferos.²²

Antes de prosseguir, entretanto, cabe um parêntese para falar sobre Pellew Wilson, pois as concessões obtidas por ele são apenas uma das suas muitas facetas, visto ser o homem influente que se tornara um dos mais notáveis ingleses que viveram na Bahia. Filho de Alexander Wilson (1774-1817), primeiro tenente da Royal Marines, e de sua mulher, Jean Gray (1775-1848), casados na Escócia a 10 de março de 1799, Edward Pellew Wilson (Portsoy, 23 de agosto de 1803 — Salvador, 11 de novembro de 1871) foi um industrial nascido no norte da Escócia que veio para a Bahia-Brasil em 1819, para tentar recuperar as mercadorias que sobraram do naufrágio de um dos navios que possuía com seu irmão Fleetwood Pellew Wilson, na Inglaterra. O comércio entre Brasil e Grã-Bretanha, nessa época, era muito desenvolvido, em razão de o rei Dom João VI ter assinado, em 1810 e 1812, acordos de aliança, de amizade, de comércio e de navegação com o Reino Unido; daí a vinda de britânicos para o Brasil (GUENTER, 2002).

²² APEB, Seção Colonial e Provincial, Correspondências Recebidas da Câmara de Maraú, Maço 1352.

Em 1837 foi fundada a Companhia de Navegação Wilson Sons & Cia pelos irmãos Edward e Fleetwood, que desempenhou papel de relevância no desenvolvimento econômico marítimo do Brasil ao longo do século XIX e tinha dois polos: um em Salvador, comandado por Edward, que para o Brasil passou, se casou e constituiu família, e o outro, em Londres, comandado por Fleetwood na *Lombard street*. Casou-se em 1830 com D. Maria Constança da Silva Freire (1815-1877), natural de Salvador e de família oriunda da cidade do Porto, Portugal, onde seus antepassados pertenciam à burguesia dominante do Porto desde o século XVI.

Os negócios que Wilson desenvolveu expandiram-se pelo Brasil, e não só na área de navegação ou importação/exportação, pois o capital que se avolumou possibilitou que os irmãos comesçassem a expandir seus negócios, também para a construção de ferrovias e atividade bancária. Vale mencionar que Edward iniciou amizade com Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e visconde de Mauá em vários negócios, e foi acionista da Cia. a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis (1852), do Estaleiro e Fundação Ponta d'Areia (1846), da São Francisco Railway (1858), da Estrada de Ferro Paraguaçu (1858), um dos acionistas-fundadores do Banco Mauá (1854) em Montevideu, Uruguai. Estas e outras afirmações sobre ele estão disponíveis na internet, mas ainda carecem de maiores confirmações, pois conta-se ainda que representou, no Brasil, muitas companhias de navegação, como agente, a mais conhecida das quais foi a Western Pacific Steam Navigation Company, além do fato de que o transporte dos correios da realeza britânica, por cortesia, seriam realizados por seus navios.

Como se não bastasse, durante a Guerra do Paraguai, Edward foi um dos muitos residentes no Brasil que contribuiriam financeiramente nesta. Mandou construir um dique flutuante nas docas de Salvador e ajudou na compra de encouraçado, usado na Guerra do Paraguai. Por estes serviços em prol do Império, o imperador D. Pedro II o fez cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, por decreto datado de 17 de novembro de 1866, com honras de capitão. A partir do ano de 1869, o governo do Império do Brasil cedeu a Edward Pellew Wilson concessões, para explorar minerais combustíveis em localidades na Bahia, como Maraú, Matapira, Valença e adjacências, como já menciona Francisco Inácio Ferreira em sua obra *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro em 1885. Este fato faz que

Edward Pellew Wilson seja reconhecido como um dos precursores da prospecção petrolífera no Brasil. Morto na capital baiana, foi ali sepultado, no Cemitério dos Ingleses de Salvador, Bahia. Foi pai de, entre outros, Edward Pellew Wilson Júnior, primeiro Conde de Wilson (1832-1899)²³.

Sobre os outros britânicos para quem a concessão foi passada, sabemos muito pouco ainda; um pouco mais sobre Grant que sobre Lord Walsingham, cujo nome até agora só apareceu referindo-se ao Brasil no mencionado decreto. Este segundo parece ser uma figura extremamente interessante, pois escreveu até obras literárias. A figura central desta Usina, John Grant, carece de maiores elucidações, já que às vezes aparece como inglês, outras como escocês – Froés (1972) por exemplo menciona a firma escocesa *John Grant CO.*, que montou em Maraú uma "bateria de retortas", uma destilaria de óleo e uma fábrica de ácido sulfúrico, em clara referência à Companhia: Então seria esta um braço desta firma? Qual seria exatamente a área de atuação da *John Grant CO*?

Alfredo Moreira Pinto, nos seus apontamentos para o "Dicionário geográfico do Brasil", editado pela Imprensa Nacional de 1884 a 1889,²⁴ menciona as grandes jazidas de petróleo de Maraú, base para a produção de parafina, velas, ácido sulfúrico etc., pela Companhia de Maraú, cuja Usina foi construída pela firma *John Grant & Cia.* – diferente da referência anterior ""CO"" , estabelecida na fazenda João Branco, objeto do litígio anteriormente mencionado. A Sociedade Brasileira de Cartografia se reportou a Vila de Maraú em fins do século XIX, publicando nota no jornal "Auxiliador da Indústria Nacional", de 1886²⁵. Foi montada uma destilaria que produzia "petróleo nacional inexplosivo" (sic), que era denominado brazolina, óleos lubrificantes, velas de parafina, sabão e ácido sulfúrico. A mesma notícia informa que, na ocasião, no local, trabalhavam 350 a 400 operários na montagem de 3.500 toneladas de máquinas e equipamentos, de uma "grande Usina", que incluía 30 caldeiras a vapor, com força de 25 a 50 CV, e uma grande "resfriadeira".

²³ Disponível em <http://www.findagrave.com/cgi-bin/fg.cgi?page=gr&GRid=118553194>, acesso em 02 de maio de 2015.

²⁴ Diário da noite. O primeiro litígio pela posse de zonas petrolíferas brasileiras, Rio 8 - 4 - 1918, p. 3.

²⁵ Sociedade Brasileira de Cartografia Boletim da SBC. Boletim – mensal fevereiro – 2004. Nº 51. Berço da engenharia brasileira, Largo de São Francisco, p. 13. Disponível em: <www.cartografia.org.br>. Acessado em: 10 de setembro de 2014.

A fábrica, de grande porte para a época, contava com 12 alambiques de 14 mil litros cada um, e, inicialmente, destilava matéria-prima importada; mais tarde, foram instaladas 52 retortas Henderson, para a destilação de turfa, mas o estudo insuficiente sobre a turfa e falhas técnicas no projeto levaram ao insucesso a experiência, tendo a fábrica fechado-se em 1893. Acreditamos que a brazolina fosse um querosene ou coisa semelhante, único combustível líquido que teria mercado naquele tempo. Ainda a mesma notícia do “Auxiliador da Indústria Nacional” dizia que, embora a fábrica não estivesse pronta, já haviam sido feitas experiências da fabricação do “petróleo” e das velas, produtos bem aceitos no mercado baiano.

Segundo Froes (1972), o depósito da turfa encontra-se às margens do Rio Maraú, próximo à vila de João Branco e, devido a suas peculiaridades, Orville Derby a batizou de marauíto,²⁶ e geólogos constataram que essa turfa é formada por colônias de algas microscópicas. Assim, foi considerada uma espécie de carvão de algas, mas após vários estudos já no século XX, constatou-se que se tratava de uma fonte de hidrocarbonetos com propriedades semelhantes às do petróleo. Este mesmo autor comenta a instalação da Usina próxima à vila de João Branco para produção de querosene e velas, numa época em que não haveria muita procura por gasolina. Foram empregados, inicialmente, 150 trabalhadores. Mas com as máquinas vindas da Inglaterra, em 1887, aumentou para 450²⁷. Além disso e do investimento inglês já mencionado, a Usina contava com estrada de ferro para escoamento de seus produtos e ainda moeda própria, fabricada por um banco inglês, cujas cédulas eram trazidas pelo vapor em malotes, tendo como objetivo simplificar problemas de câmbio, ou pelo menos foi este o pretexto alegado.

Esse dinheiro e suas implicações merecem reflexão à parte, assim como o fato de a Companhia Internacional de Maraú atrair mão de obra especializada de longe, como, por exemplo, Lúcio José Juviniiano, que viera do Rio de Janeiro para ser maquinista no trem que a Usina possuía, levando produtos até Ilhéus. Entretanto, desde já podemos chamar a atenção para importância social e econômica que a Usina teve no sentido de também fomentar as imigrações/migrações para uma vila pequena

²⁶ Modo como também era chamada a turfa.

²⁷ Alfredo Silva publicou em 1893, *Pequena Geografia da Comarca de Camamu*, Bahia, Typ. de João Gonçalves Tourinho, 1893, e detalha, porém sem mencionar as fontes que teria analisado, os números do capital e dos empregados.

como Maraú em fins do século XIX, bem como o papel de estrangeiros, sobretudo ingleses.

Além dos fundadores da Usina e destes funcionários mais especializados, a margem de operários ficava entre 350 e 400, possivelmente trabalhadores pobres e ex-escravos, totalizando um número significativo. A Usina fomentou o desejo de emancipação e inserção social, visto que, com a instalação lenta, as notícias sobre a fábrica alimentaram sonhos, mas em apenas uma década deu-se seu fechamento após um crime contra um operário, cometido por John Grant, em 09 de dezembro de 1889.²⁸

E A USINA FOI FECHADA...

Conta-se que a Usina encerrou suas atividades repentinamente. Uma greve espalhou terror entre alguns operários e toda a região, ao ponto de o próprio Grant matar um funcionário, pelo que foi absolvido (FREIRE, 2008). No Arquivo Público do Estado da Bahia consta documentação sobre este crime, mas não foram encontrados documentos sobre os desdobramentos deste, oriundos com relação à vida de Grant ou da Usina, mas aqui utilizaremos textos escritos posteriormente por outros pesquisadores. Nem a absolvição o teria convencido a seguir com sua indústria, pois existiriam trustes poderosos que controlavam a matéria prima com a qual trabalhavam, e correria risco de morte junto com seu sócio se prosseguissem nesta empreitada. Na sequência, foram assinados outros decretos ainda durante a monarquia autorizando ali empreendimentos semelhantes como a Companhia Internacional de Maraú, Empresa Industrial Brasileira e Companhia Extrativa Mineral Brasileira, que teriam tido o mesmo fim da pioneira inglesa, vítimas de manobras econômicas ou assassinatos.²⁹

A tradição oral mencionada por Bárbara Freire (FREIRE, 2008) propaga a versão de que o fracasso desta Usina deveu-se a um suposto desentendimento de John Grant – que seria conhecido localmente como "João Branco" – com seus

²⁸ Sobre este crime, há farta documentação no APEB, Seção judiciária, narrando o confronto. O desfecho conta com greve dos operários, e as motivações do crime foram citadas por Maurício Vaitzman (2001, p. 82)

²⁹ Jornal, O Semanário. Número 244. Ano VI. Janeiro de 1961, p. 11.

operários, gerando um clima de terror e provocando o abandono precoce do ainda muito lucrativo empreendimento. Apesar de popularmente este crime ser apontado como causa do fim da Usina, existem outros motivos de cunho técnico, sinalizados por Fróes (1972) na década de 70. A Usina teria sido montada seguindo os moldes em uso na Escócia, onde a destilação do xisto era próspera na época. Sua vida efêmera deveu-se a obstáculos encontrados no processamento, como o fato de o marauíto não se adequar ao tipo de destilação proporcionada pelos equipamentos escoceses (retortas escocesas do tipo Henderson). Outro problema era a necessidade de secagem do material, que continha acima de 50% de água pois, sendo os secadores artificiais muito caros e dispendiosos devido ao alto gasto de energia, a secagem precisava ser natural numa região extremamente úmida e chuvosa. No mais, foi importado da Escócia um maquinário feito para a extração das turfás duras daquele país, inadequada para a marauíta, minério com teor de 30%, mas cuja extração era mantida em 5% devido a este problema técnico. O prejuízo com este investimento teria girado em torno de meio milhão de libras.

Diversos remanescentes dessas instalações pioneiras, como uma alta chaminé de tijolos da Usina de Maraú chegaram, em ruínas, é verdade, ao século XXI. Os estudos sobre a turfa de Maraú se seguiram após o malogro inglês, pois alimentava o sonho de se obter produtos do petróleo através da turfa num período anterior à descoberta do petróleo em larga escala no Brasil. Em 1935, o governo da Bahia reexaminou a questão e, desta vez, o "intercâmbio" deu-se com a Alemanha, através da organização *Julius Pintcher*. O apoio do governador Juracy Magalhães motivou a visita do técnico alemão *Curt Dietz*, que recomendou a procura de outros depósitos na região que pudessem viabilizar a instalação de uma usina da grandeza necessária para gerar a rentabilidade desejada. Não encontraram o suficiente e as pesquisas posteriores para aproveitamento da turfa teriam fracassado, mas isto já é uma outra história. Além do mais as influências culturais advindas com as econômicas, as diferentes atuações inglesas nas vilas do entorno, as relações entre mão de obra e migração serão problematizadas no decorrer desta pesquisa, que ainda está em seus primeiros passos.

FONTES

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Sessão colonial/provincial - Correspondências Recebidas da Câmara de Maraú, Maço 1352.

APEB – Sessão colonial/provincial - Caixa 1606, Maço 4633.

Colecção das leis do Império do Brasil de 1869 Tomo XXIX Parte 1. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1869.

Jornal - Diário da noite. O primeiro litígio pela posse de zonas petrolíferas brasileiras, Rio 8 - 4 – 1918.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Antônio F. G. de; PARAÍSO, Maria H. B. *Caminho ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul*. Ilhéus, Ba: Editus, 2001.

FREIRE, Bárbara Lemos. Ivan Guanais. *Maraú, luz do Sol ao Amanhecer*. Salvador, 2008.

FREIRE, Gilberto. *Inglêses*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

FRENDT Jr, Roberto. *Investimentos ingleses no Brasil, 1870-1913*. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, julho/setembro de 1977.

FRÓES, A. S. *Recursos minerais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Universidade de São Paulo/INT, 1972. V. 1 e 2.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16.a ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

GONÇALVES, Everaldo. *Geologia econômica e recursos minerais*. Volume 6 - Diagnóstico socioeconômico da região cacauzeira. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1976.

GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GUENTER, Louise. *The British community of 19th century Bahia: public and private lives*. University of Oxford. Centre for Brazilian Studies, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. (Trad. Donaldson Magalhães Garschagen).

LISBOA, Baltasar da Silva. *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*: Rio de Janeiro, 1823. In: Revista IGHB. Bahia. N. 52. 1926

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MANCHESTER, Alan K. British. *Pre-Eminence in Brazil, Its Rise and Decline: A Study in European Expansion*. Octagon Books: New York, 1973.

RIBEIRO, André Luís Rosa. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauífera (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005.

SANTOS, Cristiane B. da S. Escravos, libertos e livres pobres: sujeitos da Transição diante de novos tempos no mundo do trabalho, abolição, República e cacau no sul baiano In: *Historien Revista de História*; Petrolina, out./abr. 2011, pp. 91 a 99.

SAMPAIO, M. G. V. Padrão dos investimentos britânicos e a modernização conservadora na economia baiana oitocentista In: *Revista crítica de História*. Ano I, N. 2, dezembro de 2010.

_____. Presença britânica no serviço público da cidade de Salvador: o caso da Bahia Gas Company Limited (1861-1894) In: FERLINI, Vera Lúcia, MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro (orgs.). *História econômica: agricultura, indústria e populações*. São Paulo: Alameda, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

Sociedade Brasileira de Cartografia Boletim da SBC. Boletim – mensal fevereiro – 2004. Nº 51. *Berço da engenharia brasileira*, Largo de São Francisco. Disponível em: <www.cartografia.org.br>. Acessado em: 10 de setembro de 2014.

TEIXEIRA. CID. *História do Petróleo na Bahia*. Salvador – BA: Editora Fernando José Caldas Oberlaender, 2010.

TOURINHO, João G. *Pequena Geografia da Comarca de Camamu*. Salvador: Typografia baiana, 1893.

Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Rômulo - Desenvolvimento regional e Industrialização. Salvador: Sistema FIEB, 2013.

VAITSMAN, Maurício. *O Petróleo no Império e na República*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2001.

Recebido em 08 de dezembro de 2015.

Aceito em 19 de dezembro de 2015.